



**CIDADE E CAMPO:** relação indissolúvel na reprodução capitalista - um estudo da funcionalidade das agrovilas no polo irrigado Petrolina/Juazeiro

**Renata Siberia de Oliveira**<sup>1</sup>

**Josefa de Lisboa Santos**<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa propõe realizar um estudo a cerca da funcionalidade das agrovilas de pequenos produtores nas áreas de perímetros públicos irrigados do Polo Petrolina/Juazeiro. Por meio de uma análise das interações entre o campo e a cidade, busca-se compreender a produção das relações sócioespaciais a partir das políticas públicas implementadas nestas áreas. Utilizou-se como encaminhamentos metodológicos levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. Os resultados preliminares apontam que as funções das agrovilas e suas formas espaciais foram alteradas se constituindo como espaços de concentração e reserva de trabalho excedente para a reprodução capitalista no território do agronegócio no Nordeste.

**Palavras-chave:** políticas públicas, relação campo-cidade, reprodução capitalista

**ABSTRACT:** This research proposes to conduct a study about the functionality of agrarian villages of small producers in the public irrigated areas of Polo Petrolina / Juazeiro. Through an analysis of the interactions between field and city, we seek to understand the production of the socio-spatial relations from the public policies implemented in these areas. It was used as methodological referrals, documentary analysis, bibliographic and field researchs. Preliminary results indicate that the functions of rural villages and their spatial forms were changed, constituting like spaces of concentration and reserves of surplus labor for capitalist reproduction in the territory of agribusiness in the brazilian northeast.

**Key words:** publics policy, rural-urban relationship, capitalist reproduction

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. (UFS). Email: renatasiberia01@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal de Sergipe. (UFS)



## 1 INTRODUÇÃO

A atual conformação do espaço agrário brasileiro é resultado de diferentes processos históricos pelos quais o país passou e está intimamente ligada ao modelo econômico adotado pelos países que aqui se estabeleceram.

A inserção do Brasil no capitalismo mundial exigiu a reorganização nas relações de produção e de trabalho pela necessidade da formação de um mercado consumidor. É importante não perder de vista que é o Estado o propulsor dessas medidas uma vez que se apresenta como regulador de todos os processos de acumulação. Ao analisar seu papel no território brasileiro, nota-se que ele não só enxergou no campo possibilidades para reprodução do capital, e alternativas de manutenção da classe dominante no poder, como também durante séculos suas ações têm se concentrado na busca de mecanismos para a inserção do país no capitalismo mundial, tendo como estratégia a modernização das suas bases de reprodução.

Nesse sentido, e a partir desse momento, as políticas agrícolas desenvolvidas para campo no Brasil, ao longo dos anos, expunham os interesses de latifundiários tradicionais inseridos no corpo do Estado e da política nacional. O espaço rural do Nordeste e conseqüentemente as áreas de agrovilas apresentam-se como espaço de ação e poder e “reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior grau de controle” (HARVEY, 1994, p. 202).

“A atenção dada à ação planejada, intencional do Estado sobre o campo, sem dúvida alguma, foi decisiva para o processo de modernização técnica de setores importantes da agricultura brasileira” (PALMEIRA, 1989, p. 94). Por intermédio de sua ação planejadora, foram viabilizados e executados planos de governo para o campo, que se constituíram na forma encontrada pela classe burguesa de centralizar as decisões e determinar o ritmo e a direção da expansão do capital nos espaços agrícolas do Brasil.

O conjunto de medidas adotadas para o desenvolvimento do Brasil e conseqüentemente do campo propostas pelo Estado esteve fundamentada no projeto desenvolvimentista, cuja ótica era abrir os espaços agrários para que a economia brasileira pudesse se inserir na economia mundial, constando o profundo atrelamento entre modernização e expansão capitalista no campo.



O objetivo primordial é atrelar o setor agrícola ao processo de desenvolvimento econômico, não permitindo que ele possa obstar o crescimento da economia (NETO, 1997, p.145). Por meio da industrialização do setor agropecuário, o capitalismo encontrava novas formas de reprodução e exploração.

É a partir desse direcionamento que a região Nordeste é inserida no circuito de circulação do capital mundial com abertura para grandes grupos empresariais atuarem na exploração do potencial da região. As políticas de implantação de perímetros públicos irrigados demonstram esta realidade onde no mesmo espaço estabeleceram-se pequenos produtores em agrovilas e ao mesmo tempo grandes empreendimentos agrícolas que operaram a monopolização do território sobre a base produtiva nos espaços agrários nordestinos.

As agrovilas se espacializam a mediada em que novos perímetros irrigados são implementados, nestes espaços configura-se a produção de relações urbanas e reprodução dos problemas dos grandes centros urbanos, exigindo por parte dos estudiosos uma maior atenção no sentido de buscar compreender os novos papéis destas agrovilas frente a territorialização e monopolização do capital no campo.

## **2 A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PRODUÇÃO DO CAPITAL**

Para Ana Fani A. Carlos (2007) o mundo se cria e recria a partir das relações que o homem mantém com a natureza e a forma como ele se constrói enquanto indivíduos, neste processo, os homens não só constrói o mundo como também cria o modo de entendê-lo e explicá-lo enquanto possibilidade de transformação. Ao produzir sua existência os homens não produzem apenas sua história, conhecimentos ou processos de humanização, ele produz também o espaço que se concretiza na cidade, campo ou território, estes elementos visíveis são representações de relações sociais reais que a sociedade é capaz de criar em cada momento de seu processo de desenvolvimento.

Partindo desta premissa, compreende-se que a história da humanidade é produto das relações entre os homens e entre estes e o espaço, assim, sua existência está intimamente relacionada com o espaço ao qual faz parte e é nele que encontram-se suas raízes que são estabelecidas através do tempo.

A divisão socioespacial do trabalho existe desde a antiguidade, e surgiu através das condições políticas e sociais que deram origem a adiversidade entre o rural e o urbano. Portanto, a história da divisão do trabalho, segundo sua natureza e pelo espaço



onde eram exercidos diferentes papéis, conduzia a um contínuo desenvolvimento das formas de produção da existência do homem (EDLICH, 2006, p. 11).

Na região Nordeste do Brasil as mudanças mais significativas no espaço agrário se deram a partir da década de 1960, quando tomou corpo no país uma nova estratégia de modernização, cujos reflexos no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de complexos agroindustriais ou de agronegócio. A crescente participação da produção agrícola da região na economia globalizada gerou profundas transformações espaciais e suscitou o debate em torno das definições sobre até onde vai o campo e a cidade no contexto das novas relações sociais de produção a partir da inserção do capital industrial no campo.

Na perspectiva de SPÓSITO (2006) a unidade espacial urbana cedeu lugar ao binômio urbano/rural no decorrer do longo processo de urbanização, o que resultou na incapacidade de distinguir onde acaba a cidade e começa o campo. Para a utora, as formas confundem-se porque as relações se intensificam e os limites entres os dois torna-se imprecisos, o que favorece o pensamento de uma nova unidade territorial contendo, contraditoriamente, os dois espaços que são resultado e condição das formas de produção territorial.

Assim, ao reconhecer um contínuo cidade/campo não significa atestar o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas apresentar a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento no mesmo território, de uso de solo, de práticas sócioespaciais e de interesse político e econômico associados ao mundo rural e urbano (Ibid)

Na análise de Lefebvre (2001), a relação campo-cidade mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção e são resultado da divisão do trabalho social. A cidade no passado correspondia a funções de administração, comando e centralização e o campo isolamento e dispersção, ao identificar essas mudanças no tempo histórico, Lefebvre aponta que a sepação entre esses dois espaços pode e deve ser superada a medida em que se institui novas relações de produção.

Em sua obra O direito a cidade, Lefebvre (2001, p. 75), explica que a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com o desaparecimento dessas unidades espaciais, mas que a superação está ligada as relações



de produção, pois não consiste num processo em que o campo se perde no seio da cidade nem a cidade absorve o campo e se perde nele “não há nenhuma razão teórica para se admitir o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão de uma sociedade urbana com campo”.

Lefebvre (ibid) elucida ainda que é a redefinição de formas e conteúdos que importa na maneira com a cidade e o campo devem ser analisados, para tanto, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre cidade e urbano para refutar a sua análise do não desaparecimento destas unidades espaciais.

Ao analisar a obra de Lefebvre, SOBAZO (2006) entende que o urbano corresponde a uma morfologia social, se distingue da cidade precisamente porque aparece e se manifesta no curso de sua dispersão, é um conceito teórico, é a reunião de todos os elementos que constituem a vida social. A cidade, neste ínterim, pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, um dado prático-sensível. Desse modo, existe uma estreita relação entre cidade e urbano, uma vez que torna-se impossível dispensar da vida urbana uma realidade prática.

Assim, a construção do urbano supõe a superação da divisão cidade e campo porque a sociedade urbana se expande, mas a unidade espacial campo permanece pois não desaparecem as atividades agrícolas (mesmo que estas tenham experimentado alterações no tempo). Assim, “as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos” (LEFEBVRE, 2001, p. 74).

O período atual caracterizado por Milton Santos como técnico-ciêntífico-informacional definiu novos papéis na função do campo e da cidade. A cidade aparece como supridora de “bens e serviços técnico ciêntíficos que insere no campo novos cuidados no plantil, na colheita, armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização no sentido de assegurar maior produtividade e rentabilidade” (2008, p. 281). O campo, nesse sentido, além de alterar suas bases produtivas, apresenta uma nova demanda de atividades para as cidades que se modificam para atendê-las, manifestando, segundo SOBAZO (2006) “uma nova organização territorial e novos modelos de intercâmbio”.

Estas novas relações são apontadas por Lefebvre (2001, p. 73), como a superação da oposição cidade e campo, superação esta que se apresenta ligada as relações de produção, no entanto, a oposição “urbanidade e ruralidade” “campo e cidade” se acentuam em lugar de desaparecer.



O conflito cidade-campo está longe de ser resolvido todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolvem a oposição entre dois termos sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso (2001, p. 75).

Para CARLOS (2007, p. 106), as relações entre campo e cidade são alteradas no tempo e no espaço, e o que caracteriza nossa época é a constituição da sociedade urbana em um espaço mundial, articulado e profundamente hierarquizado, o que não significa o desaparecimento do campo, mas, a construção da idéia que ele se articula, agora em um outro plano, ao conjunto do território, com outras particularidades, novas relações entre as áreas, enfim, novos conteúdos para as relações sociais, profundamente articuladas à expansão do mundo da mercadoria.

Assim, as relações sociais se realizam concretamente enquanto relações espaciais, apontados por um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade onde não se pode ignorar que é o trabalho o grande criador destas formas que irão originar a produção da cidade e do campo (Ibid, p. 105)

OLIVEIRA (2004, p. 64) ao analisar o desenvolvimento da indústria na agricultura brasileira, observa que ela se dá em um processo contraditório e desigual, o qual tem eliminado gradativamente a separação entre cidade e campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética, pois a medida em que cria relações capitalistas, no interior do processo, reproduz relações não-capitalistas, uma vez que a utilização das novas tecnologias de produção e informação se dá de forma diferenciada.

[...] contraditoriamente, há o que persiste: a propriedade privada da terra/soho (urbano) ou da terra (no campo), que delimita, orienta e condiciona a vida privada, produzindo o espaço da segregação. O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo permite a extensão da propriedade privada, englobando espaços urbanos e rurais em uma nova articulação que, ao se desenvolver, desloca a contradição cidade/campo e propõe uma nova contradição: centro/periferia. Já a reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade, onde surgem movimentos sociais articulados (CARLOS, 2007, p. 107)

Desse modo, verifica-se que as relações cidade e campo são alteradas no tempo e no espaço de acordo com o movimento da sociedade e o conteúdo dessas alterações assumiu um novo significado na atualidade decorrentes especialmente das mudanças nas relações de produção.

A apropriação do espaço rural pelas grandes empresas oriundas de outras regiões do país e, posteriormente, do exterior, assinalaram as alterações nas relações sociais e de trabalho no vale do São Francisco. Veltmayer & Petras (2008) ressaltam que



esses progressos e avanços ocorreram a um custo excessivamente alto, suportado, na maior parte, pela classe trabalhadora, pois, impossibilitada de produzir com a qualidade exigida e comercializar, esse pequeno produtor é desterritorializado restando apenas servir de mão de obra assalariada, ou ficar sujeito a contratos empregatícios em épocas de colheita nas grandes fazendas ou, ainda, ter sua produção sujeita às exigências das grandes empresas.

Os processos de territorialidades redefiniu a funcionalidade das agrovilas implantadas nestes perímetros, que inicialmente se apresentava como área destinada aos colonos, hoje o crescimento destas áreas em número e em população remete a investigação de sua utilização pelo grande capital como espaço de concentração de mão de obra excedente para as grandes fazendas.

### 3 CONCLUSÃO

Os resultados preliminares mostram que as dinâmicas sócioespaciais destas agrovilas apresentam relações características dos espaços urbanos, assim como refletem/reproduzem seus problemas. Observamos um processo de crescimento desordenado e áreas de ocupações irregulares que não se dar acompanhado de políticas de necessidades básicas como água tratada, saneamento, educação, saúde e segurança. Zuleica Alves de Arruda refletindo sobre esses processos nas áreas de colonização do Centro-Oeste explica que este processo significou a materialização das condições gerais necessárias à reprodução do capital industrial no campo, assim como, a inserção desse espaço no contexto da escala mundial de relação capital-trabalho (ARRUDA, 2007, p. 126).

As políticas de implantação das agrovilas, como parte integrante dos perímetros públicos irrigados e fomentadas pelas CODEVASF, objetivavam a formação de espaços de concentração e reserva de trabalho excedente para a reprodução capitalista no território do agronegócio no Nordeste.

Entender a dinâmica de ocupação do espaço rural nas agrovilas com referência na compreensão das transformações ocorridas possibilitará o entendimento da reprodução deste espaço em diversas escalas de análise, pois, o desenvolvimento, como uma melhoria na condição de vida das comunidades locais só poderá ser alcançado se as suas necessidades e expectativas, externalizadas pelas representações desses atores sociais, como atores produtores do espaço, forem consideradas no âmbito do projeto de desenvolvimento construído a partir desses sujeitos e não sobre esses.



## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro desse negócio?:** transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

CARLOS, Na Fani Alessandri. **A cidade.** Contexto, 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M.E & WHITACKER, A.M. (orgs). **Cidade e campo relações e contradições entre urbano e rural.** Expressão Popular, 2006.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo, Centauro, 2001.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **A Ação do Estado: Estado e Agricultura no Brasil políticas Agrícolas e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980,** São Paulo, Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo; MARQUES, Inês. **O campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social.** São Paulo: editora Paz e Terra, 2004 p. 29-70.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Estudos avançados. v. 3, n. 7, São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=>>. Acesso em março 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro, Record: 2008.

SOBASO, Oscar. **O urbano e o rural em Henri Lefebvre.** In: Cidade e campo relações e contradições entre urbano e rural. Org. SPÓSITO, M. da Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

SPÓSITO, Maria da Encarnação. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade.** In: Cidade e campo relações e contradições entre urbano e rural. Org. SPÓSITO, M. da Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

VELTMAYER, Henry & PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: America Latina em movimento.** In Campesinato e Territórios em Disputa, Eliane Tomiase Paulino, João Edmilsom Fabrine (orgs). 1º edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 79-117.